



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



Compartimentação do Ensino Superior: a importância da transdisciplinaridade entre as profissões Serviço Social e Direito

Monike Barbosa Andrade

Silverlane Bento de Oliveira

Resumo

O artigo é fruto da experiência do Estágio Supervisionado I e II, realizado em um Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ e através da observação direta nas Universidades de Aracaju detectou-se a ausência do método transdisciplinar no ensino superior, sendo possível constatar a compartimentação do ensino superior

Palavra chave: Transdisciplinaridade, Fragmentação do ensino

Abstract

The article is the result of the experience of Supervised Internship I and II, held at a Center for Legal Practice - NPJ and through direct observation at the Universities of Aracaju noted the absence of disciplinary method in higher education, was possible to confirm the partitioning of teaching superior

Password: transdisciplinarity, Fragmentation of teaching

INTRODUÇÃO

Discutir o ensino superior no Brasil traz à luz problemas de ordem social, cultural, econômica e de estrutura organizacional de cada universidade, sendo um assunto bastante complexo e polêmico por envolver diversos conceitos que abrange a formação profissional na contemporaneidade.

O objeto de estudo deste artigo é a compartimentação do ensino superior no Brasil e tem como referência as universidades de Aracaju através do método da observação direta, o método exploratório da pesquisa bibliográfica e relato de experiência no Núcleo de Práticas Jurídicas que envolvem os cursos Serviço Social

e Direito.

No primeiro momento levanta-se à discussão sobre os efeitos da compartimentação do ensino superior na tentativa de propor possíveis alternativas, utilizando a transdisciplinaridade na estrutura das grades curriculares, na formação do corpo docente para fortalecer o processo de ensino-pesquisa e extensão.

No segundo momento, será abordado a relação do trabalho entre as áreas de Serviço Social e Direito no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ.

No terceiro e último momento, utiliza-se a discussão através da experiência vivenciada no estágio - NPJ, que possibilitou através da observação a concretização do abismo entre teoria-prática e a ausência da relação com as demais profissões na abertura dos processos.

.

1 EFEITOS DA COMPARTIMENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O ensino superior possui dimensões alicerçadas no tripé ensino-pesquisa e extensão que proporciona ou deveria atingir uma formação educacional construída na integração de temas que aspiram à reflexão dos futuros profissionais, integrar temas como Direitos Humanos, Filosofia, Sociologia, Antropologia e pesquisas nas áreas afins do curso fornecem elementos que multiplicam a perspectiva do discente para desenvolver uma análise mais integradora. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n. 9.394/96 no art. 43 afirma que;

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II– formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV– promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

A formação da educação no ensino superior implica encontrar formas e estratégias que relacionem o trabalho utilizando a transdisciplinaridade no desempenho dos diversos profissionais, para isso, é necessário a criação de disciplinas que promovam essa formação integral nos cursos, não como disciplinas secundárias, mas encaradas como peças fundamentais para a formação dos discentes.

Utilizando a transdisciplinaridade como um método de ensino nas disciplinas que compõem a grade

curricular dos cursos proporcionará uma formação acadêmica mais integradora, vale destacar que a transdisciplinaridade não é um simples conjunto de conhecimentos ou um novo modelo de organizá-los. Trata-se de uma postura de respeito pelas diferenças culturais, de solidariedade e integração à natureza. De acordo com Basarab Niculescu a transdisciplinaridade;

“trata-se de uma forma de ser, saber e abordar, atravessando as fronteiras epistemológicas de cada ciência, praticando o diálogo dos saberes sem perder de vista a diversidade e a preservação da vida no planeta, construindo um texto contextualizado e personalidade dos fenômenos a partir da máxima interação entre os diversos ramos das ciências em amplo e permanente diálogo e interação.”[1]

Adotando esta abordagem integrada nos cursos permite uma formação consistente encorajando os docentes e discentes a analisar o mundo e o seu papel numa ótica de justiça social, bem como o enriquecimento nos conteúdos curriculares. Nessa perspectiva, surge uma série de estudos pelo Brasil sobre inovações pedagógicas no ensino superior na busca de uma nova configuração de saberes que utiliza as transformações sociais ocorridas na contemporaneidade como um objeto ou elementos para encontrar novos caminhos ao processo de ensino-aprendizagem baseando em valores humanos, econômicos, políticos e culturais.

Desta forma, este artigo apresenta uma breve análise sobre os possíveis efeitos da transdisciplinaridade e a importância dessa relação com a construção do conhecimento e como essa prática pode possibilitar novos horizontes aos docentes e discentes no ensino superior. No entanto, a necessidade de uma nova abordagem de ensino que contemple a transdisciplinaridade numa perspectiva que englobe os seres humanos, a natureza e o mundo que o rodeia, ampliará significativamente a compreensão das particularidades de cada realidade ou de cada objeto em estudo.

Para finalizar esse capítulo é interessante destacar a necessidade da criação de disciplinas que promovam essa formação integral nos cursos, na perspectiva de conjugar as áreas afins, com o objetivo de proporcionar aos discentes análise crítica não apenas da sua profissão, mas relacionar em vários ângulos um determinado estudo, possibilitando ao discente fazer uma análise de conjuntura, saber trabalhar em equipe e transcender a problemática de cada caso.

2 PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL E A IMPORTANCIA DA TRANSDICCIPLINARIDADE COM NO MBITO JURÍDICO: RELATO DE EXPERIENCIA

Na área sócio jurídica, o Assistente Social exerce um importante trabalho na intermediação entre o sistema judiciário e seus respectivos usuários. O Serviço Social aplicado ao contexto jurídico configura-se como uma área de trabalho especializado, que atua com as manifestações da questão social, em sua interseção com o Direito e a Justiça Social na sociedade. Inserido no espaço jurídico, o assistente social lida com questões que envolvem a vida de sujeitos, tendo como desafio fundamental a garantia de direitos em contraposição à violação de direitos.

Nesse sentido, a palavra do profissional tem papel fundamental, de acordo com Iamamoto ele é “detentor de um saber/poder” e assume um lugar importante na vida dos sujeitos e na dinâmica das famílias. “[...] os ordenamentos jurídicos têm influência no desenvolvimento das famílias, têm influência efetivamente afetiva, incluindo ou excluindo da pertinência mais ampla, o social. O tratamento que as famílias recebem deste representante paterno, que é o Estado e o Judiciário, em muito influenciará seu destino” (GROENINGA, 2003, p. 141).

O Serviço Social, concretamente, vem sendo delegado o papel de realizar os estudos sociais, que são reconhecidos como material que vai subsidiar as decisões dos juízes acerca da matéria de cada processo.

Para traçar um entendimento mais amplo sobre o trabalho do Serviço Social na área jurídica é interessante sinalizar que a inserção do assistente social no Poder Judiciário inicia na década de 40, em que a primeira assistente social a obter um emprego no campo da intervenção direta, foi no Judiciário paulista, prioritariamente nos Juizados da Infância e Juventude. Segundo Fávero (2005, p. 10-11) só muito recentemente que a prática profissional nesse campo passou a vir a público como objeto de preocupação investigativa.

A profissão ao adotar a preocupação investigativa refletiu significativamente na ampliação da demanda de atendimento e de profissionais para no Poder Judiciário, houve também a valorização das pesquisas dos componentes dessa área de trabalho com maior conhecimento crítico e valorização no meio da profissão, pois, esse campo de intervenção profissional é visto historicamente como espaço para as ações disciplinadoras e de controle social. Esse cenário vem se modificando no decorrer dos períodos históricos, devido as ampliações e modificações de algumas legislações que começam priorizar a atenção a esse público jovem. Dessa forma, a categoria profissional direciona suas ações na direção da ampliação e garantia de direitos dos seus usuários, inclusive a população estratificada socialmente e de vulnerabilidade social. É importante salientar que houve um crescimento no debate público a respeito dos interiores do sistema penitenciário, do sistema judiciário e do complexo de organizações que têm suas ações voltadas para o atendimento de situações permeadas pela violência social e interpessoal, cada vez mais presentes no cotidiano de trabalho do assistente social.

O espaço de atuação profissional que compõe a área jurídica é vasto, principalmente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelecendo um rol de direitos específicos e regras especiais que atendem as necessidades de crianças e adolescentes.

Com advento dessas legislações, o Assistente Social trabalha prioritariamente na execução de medidas socioeducativas, Guarda, Tutela, Curatela/Interdição, Mediação de Conflitos, Divórcio Litigioso e Consensual, Pensão Alimentícia, entre outros. Diante da problemática do adolescente infrator o Assistente Social se apresenta como um profissional capacitado em desvelar a realidade concreta que está encoberta diante das complexidades, e assim construir estratégias que intervêm com êxito nas particularidades dos casos, tendo referencia o projeto ético-político crítico da profissão¹.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pelo Assistente Social é constituído através de métodos e técnicas que são utilizadas para efetivar os direitos e deveres dos cidadãos, este profissional adota estratégias para implementar ou elaborar projetos sociais na tentativa reduzir as questões sociais detectadas. Para a realização desse trabalho é necessário à junção de vários profissionais de diferentes áreas, compondo uma equipe interdisciplinar que devem adotar uma atenção integrada que direcione seu foco a cada processo, garantindo assim, o desenvolvimento de ações específicas que atenda os diversos casos.

3 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA CIDADE DE ARACAJU

O Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ caracteriza-se por ser uma instituição privada, de médio porte que cumpre o seu papel de atender a sociedade, comprometida com a responsabilidade social, no entanto, sua criação não surge no intuito apenas de exercer esse papel social, e sim pensado como um espaço para que os alunos dos cursos de Serviço Social e Direito possam utilizar como campo de estágio e/ou desenvolver práticas de extensão. É interessante ressaltar que o NPJ é uma instituição privada que presta atendimento gratuito à população de poder socioeconômico baixo, mas não se caracteriza como terceiro setor.

O estágio supervisionado I e II realizado na instituição proporcionou experiências que resultaram na confecção do relatório de estágio que compõe o histórico institucional, política setorial, perfil dos usuários através do levantamento de dados que resultaram em análises quanti-qualitativas, que traz elementos

importantes que caracterizam o desenvolvimento e o processo de trabalho do Assistente Social na Instituição, após o levantamento de todas essas etapas foi possível levantar hipóteses e descrever o diagnóstico da problemática detectada durante as diversas observações no cotidiano do estágio.

É interessante ressaltar que através do estágio que o aluno amplia e põe em prática seu conhecimento sistematizado no decorrer da sua formação acadêmica, sendo um momento de diversas possibilidades que permitem a este relacionar a teoria com a prática, e também o desenvolvimento de uma concepção crítica da realidade. Nesse sentido, é interessante mencionar que foram realizados na trajetória dessa experiência de estágio, análise de conjuntura nos aspectos que envolvem o âmbito sócio jurídico, o qual, o profissional de Serviço Social dispõe de técnicas e habilidades ao relacionar e analisar a realidade social.

Portanto, o estágio supervisionado é uma disciplina estabelecida como pré-requisito para que o aluno possa receber a titulação de bacharel em Serviço Social e Direito, sendo, dessa forma, um complemento do processo ensino-aprendizagem, visando à preparação e a capacitação desse estudante para o ingresso no mercado de trabalho.

Tratando-se do aspecto estrutura a instituição é composta por uma equipe interdisciplinar¹ contendo: seis advogados, estagiários de Direito, uma assistente social, estagiária de Serviço Social, um Agente Educador, uma secretária e uma funcionária responsável pelos serviços de higienização e limpeza. Cabe aqui salientar o trabalho da equipe interdisciplinar no Núcleo de Práticas Jurídicas, o qual possibilita o desenvolvimento de um trabalho mais integrador e articulado e com qualidade, pois o objetivo da equipe é comum: o ser humano. Nessa perspectiva, a equipe interdisciplinar é fundamental porque consegue obter uma visualização ampliada de cada processo. No entanto, ainda não fora adotado o método transdisciplinar.

Em casos mais complexos esses dois profissionais utilizam a sala de mediações com o usuário para orientá-lo no seu processo, que são realizados um atendimento por vez, no entanto, devido a grande procura no Núcleo há semanas que a demanda é intensa, sendo necessário que cada estagiária de Serviço Social façam os atendimentos simultaneamente, mas, sempre sob a supervisão da profissional em Serviço Social.

É possível visualizar a demanda e/ou público que procura o Núcleo que é bastante rotativo e conseqüentemente há uma diversidade de aberturas de processos (casos) como; Divórcio Litigioso, Divórcio Consensual, Partilha de Bens, Pensão Alimentícia, Execução de Alimentos, Exoneração de Alimentos, Revisão de Alimentos, Usucapião, Reconhecimento e Dissolução da União Estável, bem como Reconhecimento de União Estável Homoafetiva, Desarquivamento de Processo, Orientação sobre o Processo, Cumprimento de Sentença, Direito do Consumidor, Curatela - Interdição, Adoção, Danos Morais, Guarda, Investigação de Paternidade, dentre outros. No entanto, pode-se observar que a procura no Núcleo de Práticas Jurídicas é maior nas ações de Pensão Alimentícia - Alimentos e Divórcio acumulado com partilha de bens. É importante também frisar a quantidade elevada de casos que possuem violência contra a mulher, em sua maioria, são mulheres desempregadas e pessoas do mercado informal, de acordo com os dados levantados nos documentos que serão analisados posteriormente por meio de gráficos.

¹ Trata-se de um conceito que está em processo de construção e desenvolvimento dentro das ciências. No entanto, refere-se a um movimento que busca a superação da fragmentação do conhecimento.

Cada caso possui suas particularidades e cabe aqui mencionar a contribuição do Serviço Social na área jurídica que possui habilidade para realizar análise de conjuntura, possui também uma instrumentalidade vasta e rica que compõe bagagens teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo que norteiam o Serviço Social contemporâneo, como: estudo social, relatório social, parecer social, reuniões, orientação

aos usuários sobre seu processo, acompanhamento, uso das Legislações, palestras, entre outros.

Observa-se ainda, o atendimento ao usuário na prática e como se dá esse processo técnico; em que, quando o usuário entra na sala da Assistente Social e informa o tipo de processo, é necessário que a profissional escute com atenção o relato do usuário, pois, durante a sua fala pode haver informações extremamente importantes que facilitará ou trará benéficos no processo e geralmente o próprio usuário desconhece, visto que, durante o relato o usuário informa que o filho possui problema de saúde, então é importante anexar a xerox do laudo médico, para que o juiz tome conhecimento e observe essa particularidade do caso para solicitar a pensão ao genitor juntamente com a ajuda financeira no tratamento médico. São técnicas de escuta sensível que agrega e irá subsidiar os respectivos processos. Nesse sentido, Fávero afirma que;

"Na realização do estudo, o profissional pauta-se pelo que expresso verbalmente e pelo que não é falado, mas que se apresenta aos olhos como integrante do contexto em foco. Ele dialoga, observa, analisa, registra, estabelece parecer, apresentando, muitas vezes, a reconstituição dos acontecimentos que levaram a uma determinada situação vivenciada pelo sujeito, tido juridicamente como "objeto" da ação judicial. Ação operacionalizada a partir de uma posição de poder que lhe possibilita, inclusive, enquadrar "normalidades e anormalidades", se compartilhar de uma perspectiva positivista de leitura da realidade" (FÁVERO, 2006, p. 28)

As principais demandas do Núcleo de Práticas Jurídicas estão relacionadas às relações familiares, como divórcio consensual e litigioso, o qual geralmente envolve violência contra a mulher, pensão alimentícia, partilha de bens, guarda, entre outros. Dessa forma, as legislações são utilizadas no seu cotidiano para basear e direcionar suas ações frente aos casos. Como o Código Civil, **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**, que é um importante instrumento de pesquisa que reflete a própria atuação da pessoa humana em todas suas nuances. Devendo então, o profissional compreender para poder interpretar de forma correta e justa na sua aplicabilidade dentro do seu fazer profissional, objetivando a obtenção de maior justiça e equidade na convivência social.

Nessa perspectiva, o assistente social trabalha na garantia de direitos na Instituição através das aberturas de processos juntamente com as orientações aos usuários, o profissional também trabalha na implementação de projetos sociais com o intuito de emancipá-los, ou seja, levando conhecimento sobre os direitos dos cidadãos dentro e fora da instituição de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÕES

O Núcleo de Práticas Jurídicas é uma instituição bastante rica para o estagiário, por ser um local que oportuniza ao estagiário conhecer o cotidiano profissional, vivenciar a interdisciplinaridade e perceber a importância dessa relação e conseqüentemente ter o prazer em praticar o real desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social.

No decorrer do estágio foi possível observar diversas problemáticas, entre elas estão à violência contra a mulher. No entanto, seria inviável fazer uma proposta de um projeto de intervenção para trabalhar com esse grupo que é extremamente rotativo, e também não alcançaria a dimensão esperada porque correria o risco deste público não comparecer.

Nessa perspectiva, pensou-se em um projeto de intervenção que trabalhe com os estudantes universitários do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes, abordando um tema que possibilitou a troca de conhecimentos entre estagiária e alunos sobre o processo de trabalho do Serviço Social no Judiciário, esse projeto teve o intuito de minimizar as dúvidas que ainda permanecem nos alunos sobre esse campo de atuação, inclusive, sobre o método técnico-operativo do Assistente Social.

Ao término do projeto, a avaliação do grau de satisfação obtida do público alvo foi satisfatória e atendeu as expectativas, uma vez que, esse tema é de grande relevância para a formação do profissional de Serviço Social. Vale destacar que diante das inúmeras leituras e pesquisas juntamente com a experiência de estágio na área sócio jurídica gerou esse projeto de intervenção e também artigos científicos que foram enviados para Congressos.

REFERÊNCIAS:

ANGHER, Anne Joyce (org.). Vade Mecum: acadêmico de direito. - 12.ed. – São Paulo: Rideel, 2011.

BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

BRASIL. Estatuto do idoso: **lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de

Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CFESS (Org.) O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos. e.d – Cortez, 2007.

CRUZ. I Capacitação dos profissionais dos Serviços Especializados e da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Palestra, Aracaju-SE, 2012.

FERREIRA, Vandeler. Código Civil Brasileiro: Disponível em: <http://www.infoescola.com/direito/codigo-civil-brasileiro/>

FÁVERO, Eunice T. O Estudo Social – fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social.** CFSS (org.), 6ª ed., São Paulo: Cortez, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004. HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004

NICULESCU, Basarab. Um Novo tipo de Conhecimento – transdisciplinar. In: NICULESCU, BASARAB et al. Educação e Transdisciplinaridade. Tradução: Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommerman. Brasília: UNESCO, 2000. p.15.
